



# **Teologia Latino-Americana: Igreja e Reino de Deus**

## **segundo I. Ellacuría**

*Latin American Theology: The Church and the Kingdom  
of God according to I. Ellacuría*

FRANCISCO CHAGAS DE ALBUQUERQUE<sup>a</sup> 

### **Resumo**

O texto parte do significado do conceito de Reino de Deus no pensamento teológico de Ignacio Ellacuría como base para explicitar que a Igreja necessita converter-se a este Reino. Assumindo a perspectiva da contínua conversão ao Reino, ela corresponderá à sua vocação de Igreja comprometida com a libertação integral do ser humano a partir dos pobres. Neste sentido, o estudo salienta as implicações do significado do conceito Reino de Deus para a vida e fé dos cristãos e da Igreja, bem como ressalta a ligação entre seguimento de Jesus e práxis eclesial. A reflexão proposta se atualiza por meio do chamado dirigido a toda a Igreja através de recentes documentos do Magistério. Entre as várias orientações e apelos que brotam desses documentos se destacam: a encarnação do paradigma da missionariedade-conversão seguindo a exortação apostólica *Evangelii gaudium* (27-32); a concretização dos sonhos para a Amazônia a partir da inculturação libertadora do Evangelho conforme a exortação apostólica pós-sinodal *Querida Amazônia* (7) e a promoção do cuidado com a Casa Comum à luz da ecologia integral em sintonia com a encíclica *Laudato si'* (137-138).

**Palavras-chave:** Reino de Deus. Ignacio Ellacuría. Igreja dos pobres. Conversão. Libertação.

---

<sup>a</sup> Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Belo Horizonte, MG, Brasil. Doutor em Teologia Sistemática, e-mail: chagaspresbitero@bol.com.br

## Abstract

*This article presents a relationship between the Kingdom of God and the conversion of the Church. It emphasizes the Kingdom of God as the fundamental object and the integral or holistic theme of the theology of I. Ellacuría. It explains that the religious dimension of the Kingdom of God is integrated within the praxis of the church of the poor and it also has 'essential reference' that it has with the world and history. Therefore it puts emphasis on the implications of the meaning of the concept of the Kingdom of God for the life and faith of the Christians and the church. It also highlights the relationship between the meaning of following Jesus and its ecclesial praxis. It starts with the analysis of the texts that deal with the referred theme from the author. Besides the central categories of the theology of Ellacuría, it includes also the perspectives of other authors in order to broaden the understanding of the central concepts of Ellacurian theology. Furthermore, in this article, the theological and pastoral perspectives are redefined or updated through the call to recognize and accept the paradigm of 'missionary-conversion', which is addressed to the whole church in the apostolic exhortation of the *Evangelii gaudium* (27-32). In addition, it promotes the reception of the Synod of Amazon in the light of a liberating inculturation and an integral ecology according to the encyclical *Laudo si'* (137-138).*

**Keywords:** *Kingdom of God. History. Church of the Poor. Conversion. Liberation.*

## Introdução

Nos últimos anos, sobretudo dos anos 90 aos dias atuais, em ambientes eclesiais e entre críticos da teologia da Libertação, tem-se perguntado pela “ainda” existência da Teologia Latino-Americana da Libertação. Qual é a sua validade para o hoje da vida cristã e eclesial, o que “resta” ou o que “fica” da teologia que se desenvolveu na América Latina?<sup>1</sup> Uma revisitação do percurso histórico dessa teologia permite uma atualização da contribuição de vários autores, já que seus escritos e testemunhos ajudaram a formar a tradição eclesial e teológica latino-americana. Entre outros, destacam-se teólogos como G. Gutiérrez, J. Sobrino e Ignacio Ellacuría, que formularam o que aqui se denomina de “clássico” da Teologia Latino-Americana.

---

<sup>1</sup> GONZÁLEZ FAUS; SOBRINO, 1997.

Este artigo destaca a importância do pensamento teológico de I. Ellacuría (1930-1989)<sup>2</sup> na construção da teologia de cunho libertador na América Latina. Tal relevância se materializa principalmente pela centralidade da noção de Reino de Deus em sua teologia, bem como sua relação com a práxis eclesial enquanto comunidade de discípulos que vive o seguimento de Jesus e está atenta aos sinais dos tempos.

Parte-se da explicitação do Reino de Deus como categoria teológica, passando-se em seguida à abordagem de Reino de Deus e práxis do seguimento. Reflete-se em seguida sobre a conversão da Igreja ao Reino de Deus, destacando-se a necessidade de conversão pessoal e comunitária-eclesial a partir do apelo à “realização do Reino de Deus”. Imersa no sentido profundo do Reino, a Igreja, na perspectiva da tradição teológica e eclesial latino-americana, reconhece-se a cada dia como comunidade, chamada a se converter continuamente ao Reino de Deus e ser dele sinal-testemunha no hoje da história. A reflexão proposta conduz a um olhar sobre o momento eclesial atual. Francisco espera que a Igreja avance na busca uma “conversão pastoral e missionária. E conclama todo o corpo eclesial a viver o processo de “recepção harmoniosa, criativa e frutuosa de todo o caminho sinodal” (Querida Amazônia 2); também chama os cristãos e toda a humanidade, a responder ao “urgente desafio de proteger a nossa casa comum” (Laudato si’13). Esse sonho envolve também o caminho sinodal que a Igreja é chamada a viver de forma “harmoniosa, criativa e frutuosa” (Querida Amazônia 2).

---

<sup>2</sup> Ignacio Ellacuría nasceu em Portugalete, em 9 de novembro de 1930. Depois de haver estudado no colégio da Companhia de Jesus em Tudela, entrou no noviciado jesuítico de Loyola (14.09.1947). Concluído o noviciado, foi para El Salvador (1949). No final deste ano foi enviado para o Equador, onde estudou humanidades e filosofia. Retornou a El Salvador (1955), aí permanecendo até 1958. Entre 1958 a 1962 estudou teologia em Innsbruck. Um de seus professores foi K. Rahner, que fazia teologia confrontando-a com a vida real dos cristãos. Foi ordenado em 26 de julho de 1961. Foi reitor da Universidade Centro-Americana (UCA) de San Salvador. Em 16 de novembro de 1989 foi assassinado forças opressivas e repressivas então dominantes em El Salvador. Em seu último escrito teológico, como que a modo de profecia, o teólogo escreveu: “O Espírito sopra de muitas maneiras, e a suprema entre estas é a disposição de alguém dar a vida por outros, seja pelo compromisso diário ou pelo sacrifício de uma morte violenta” (SOBRINO; ELLACURÍA, 1990, p. 63).

## O Reino de Deus como categoria teológica totalizante

A semântica da expressão “Reino de Deus” contribui para a descrição de seu conteúdo propriamente teológico<sup>3</sup>. Empregada no discurso teológico, a expressão apresenta uma relação de mútuo esclarecimento. Os termos “Reino” e “Deus” se remetem mutuamente a toda a densidade semântica própria de cada um deles. O nome de Deus não pode ser manipulado para favorecer a expressão de um raciocínio, mesmo que seja sobre coisas santas. Um raciocínio de cunho meramente instrumentalizante poderia desembocar em uma interpretação indevida, atingindo o significado do nome de Deus. Contudo, à teologia prática é dada a possibilidade de empregar o nome de Deus, mantendo-o sempre vinculado ao Reino. Assim, é possível evitar que se tome o nome de Deus sem critério, indo contra o que a fé eclesial afirma sobre Deus em nome do “Deus do Reino”. Com base nos dados da fé, pode-se comprovar sinais da presença do Reino de Deus por meio de realidades concretas. Desse modo, ao relacionar determinados fatos com os fundamentos da revelação, exorciza-se a “banalização do nome divino”<sup>4</sup>. Por isso, é absolutamente necessário evitar referenciar o Reino de Deus aproximando-o de qualquer iniciativa desvinculada da fé eclesial, mesmo que de maneira aparentemente boa<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Notável aprofundamento sobre a linguagem antiga a respeito do Reino de Deus se encontra na obra de Wright. Particularmente sobre a reapropriação cristã da linguagem do Reino consultar as páginas 214-220 em Wright (1999).

<sup>4</sup> Macquarrie faz um bom esclarecimento quanto à linguagem teológica. Sua tese se baseia no “princípio de verificação”, segundo o qual a linguagem teológica não é algo meramente sintático, como se dissesse respeito a ordenar palavras e sentenças, mas nasce, antes de tudo, do contexto de quem usa as palavras, expressões e sentenças para formular o discurso teológico. Tal linguagem se baseia em um terreno que lhe confere a possibilidade de justificação (MACQUARRIE, 1966).

<sup>5</sup> O teólogo não coloca em jogo a presença e a vivência dos valores do Reino de Deus além dos muros religiosos ou eclesiais. Ao vincular o discurso sobre o Reino de Deus ao ambiente eclesial, quer se distanciar, naquele contexto, de movimentos envolvidos no processo de libertação, que poderiam lançar mão da linguagem religiosa em favor de interesses próprios ou partidários. O eclesial em referência é a Igreja comprometida com o bem comum, a paz e a justiça dos que não são importantes para as elites (sociais, econômicas, político-partidárias) e aberta ao diálogo com todos os que buscam a construção de uma sociedade mais humana. Ellacuría, Dom Oscar Romero e outros cristãos encarnavam essa postura.

Entende-se que o objeto central por meio do qual se fala de Deus, do ser humano e de tudo o que se refere ao Criador é o Reino de Deus<sup>6</sup>. Com este entendimento, ao se tratar teologicamente dos problemas históricos em ligação com o Reino de Deus, explicita-se que o tema e o “objeto fundamental” da teologia são o Reino de Deus. Jesus sempre anunciou o Reino de Deus (Mc 1,15; Mt 3,2; 13, 47-52; Lc 4,18-19; Jo 4,42b) e o Deus do Reino (Mc 12,13-17; Mt 6,14; 18,14; 18;18,19; Lc 15,11-32).

Ellacuría compreende que a teologia não se limita a uma interpretação meramente acadêmica do Reino de Deus. Tampouco ela se limita a uma busca teórica do sentido – a verdade – do Reino de Deus, pois ele é uma verdade e conceito dinâmico ao mesmo tempo histórico e transhistórico.

Sendo tudo isso, tem que ser também algo que se deve fazer, algo que deve orientar uma realização, a qual tem de fazer Deus presente nas condições reais dessa realização. Realização que não é sem mais o pôr em marcha um projeto econômico ou político para o qual nem a práxis eclesial nem a atividade teológica têm vocação nem capacidade, ainda que haja projetos econômicos e políticos assim como condutas pessoais classistas que não sejam conciliáveis com o que deve de ser o Reino de Deus. Realização, por outro lado, que deve estar interessada pelo momento da verdade e ainda pelo momento ideal das condutas, porém entendido esse momento de verdade como realidade nova que transparece mais objetivamente a realidade de Deus<sup>7</sup>.

Com isso, evidencia-se o alcance histórico do conteúdo do conceito de Reino de Deus e de sua realidade profunda, pois, ao tomá-lo como objeto que tem um caráter estruturante e um significado histórico e transcendente, a teologia pode oferecer fundamentos para uma práxis eclesial comprometida com a justiça e a libertação histórica. Tal compromisso deve necessariamente produzir frutos que transpareçam efetivos sinais da justiça de Deus, configurando-se como um seguimento de Jesus que vive em função da realização do projeto do Deus libertador. Desta forma, o conceito Reino de

---

<sup>6</sup> Esse é o horizonte do pensamento do autor. Sua hermenêutica teológica tem como chave de compreensão e referência para a relação com outros conceitos teológicos o Reino de Deus; trata-se também de sua opção metodológica. Nesse sentido, deve-se reconhecer que há visões sobre o significado de Reino de Deus na construção do discurso teológico (ELLACURÍA, 1978).

<sup>7</sup> ELLACURÍA, 1978, p. 470.

Deus em sua dinamicidade se torna referência normativa para o discurso teológico acerca de Jesus e sua vida pública.

Na articulação circular de Reino de Deus e práxis eclesial não se provoca uma instrumentalização do significado profundo do Reino de Deus em função da práxis. O significado mantém sua condição de grandeza fundamental e determinante, não podendo ser levado a nenhum reducionismo. A relação entre o Reino de Deus e a práxis é construtiva e explicita o alcance de ambos a partir das situações concretas, sendo importante porque permite evidenciar que este Reino não é algo abstrato ou uma realidade meramente teórica ou desligada da história. Além disso, a circularidade da sua reinterpretação compreende uma efetivação da presença histórica da vontade do Deus de Jesus.

Desse modo, o Reino de Deus, quando relacionado com a práxis de libertação, não é reduzido a um simples objeto de investigações científicas e teóricas. Anunciado por Jesus, ele é o dado primeiro e determinante dos valores que envolvem essa nova interpretação. Assim, desde o primeiro momento dessa relação, ele está presente como fundamento e sentido da práxis. Para I. Ellacuría, é necessário que se tome uma prática concreta como base para se testemunhar o específico do Reino presente em determinado contexto histórico. Em síntese, está em questão a necessidade de uma adequada compreensão e do anúncio do Reino a partir do interior da inserção em uma prática concreta, na qual se incluem, de modo estrutural, os elementos constitutivos da prática de Jesus.

Na prática de humanização e libertação, “o Reino do Deus cristão é fim de uma práxis cristã iniciada em nome de Jesus e sustentada na esperança ativa que flui do Ressuscitado e de sua presença nova na história”<sup>8</sup>. O teólogo reconhece que há um grau de condicionamento nessa forma de aproximação do conteúdo teológico do Reino de Deus. Porém, ele não é reduzido a uma práxis ou realidade meramente temporal, já que a formulação da sua noção possibilita uma contínua atualização histórica da prática de Jesus<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> ELLACURÍA, 1978, p. 468.

<sup>9</sup> ELLACURÍA, 1978, p. 468.

## A práxis do Reino *de Deus* e a opção pelos pobres

O Reino de Deus quanto ao seu sentido teológico profundo é uma realidade absoluta e transcendente que não pode ser limitada a definições sistemáticas ou qualquer outra descrição. No entanto, pode-se formular uma descrição de seu significado conceitual. Quando se faz uso da expressão como categoria teológica no discurso sistemático de teologia, assegura-se o respeito ao nome de Deus, e a reverência ao seu nome se verifica por meio da afirmação de que o Reino lhe pertence, não sendo, portanto, submetido ao desejo e à obra humana. Por outro lado, afirma-se sua importância e seu significado para a fé cristã e a vida da humanidade por meio de situações reais da experiência humana.

Um critério preponderante para uma adequada referência ao Reino de Deus é a verificação de que determinada prática ou situação, ao menos incipientemente, manifesta-se conforme o evangelho. Entre muitos outros fatos em que se pode captar uma presença do Reino *de Deus* estão sinais históricos de justiça, fraternidade, liberdade, da opção preferencial pelos pobres, o amor e a misericórdia (Mc 9, 14-27; Mt 12,28; Lc 11,29-32)<sup>10</sup>. O fato de alguém constatar a existência de sinais dessa natureza em determinado ambiente não o autoriza, por si só, a “falar de uma presença salvífica de Deus na história”<sup>11</sup>. A “opção preferencial pelos pobres” significa, no entendimento de G. Gutiérrez (2004, p. 29), mais do que um sinal que manifesta o Reino de Deus, trata-se de uma opção pelo Reino<sup>12</sup>. As bem-aventuranças são uma clara afirmação de que o Reino de Deus e o Deus do Reino são a razão última da opção pelos pobres (Mt 5,1-12; Lc 6,20-26)<sup>13</sup>. A história da salvação é toda perpassada pela predileção de Deus, que não tem lugar nas sociedades.

---

<sup>10</sup> Em um congresso em homenagem a K. Rahner, por ocasião de seus 70 anos, Ellacuría assim pronunciou-se sobre o fazer teológico: “Fazer teologia a partir dos pobres, que inclusive constituem a maioria dos cristãos (não esqueçamos que a AL vai ser cada vez mais o continente dos cristãos), parece ser condição ineludível para que a teologia seja verdadeiramente cristã” (ELLACURÍA, 1975, p. 349). Tem-se aqui uma retomada da questão metodológica da teologia, mas agora posta em uma chave eclesiológica.

<sup>11</sup> ELLACURÍA, 1978, p. 9.

<sup>12</sup> Conferir do mesmo autor: La opción preferencial por el pobre en Aparecida. Páginas, Lima, n. 206, p. 6-25, 2007.

<sup>13</sup> Em suas reflexões teológicas e pastorais, a V Conferência do Episcopado latino-americano assume esta perspectiva do Reino de Deus ao tratar da relação entre Reino de Deus, justiça

Toda a Bíblia, desde o relato de Caim e Abel, está marcada pelo amor de predileção de Deus pelos fracos e maltratados da história humana. Essa preferência manifesta precisamente o amor gratuito de Deus. Isso é o que nos revelam as bem-aventuranças evangélicas; elas nos dizem com impressionante simplicidade que a predileção pelos pobres, famintos e sofredores tem seu fundamento na bondade gratuita do Senhor<sup>14</sup>.

Essas considerações em torno da significação teológica do Reino de Deus conduzem a uma aproximação da noção sistemática do seu mistério. Há esse caráter de mistério porque só o Pai por meio do Filho pode levá-lo à sua plena realização e conceder ao ser humano o dom de nele entrar (Mc 4, 11; Mt 13, 10-15; Lc 8, 9-10).

## **Transcendência e proximidade do Reino de Deus**

Na pregação de Jesus, o Reino de Deus como realidade transcendente é muito próximo do ser humano. Muitas vezes a linguagem e o comportamento de Jesus querem evidenciar esse caráter de proximidade (Mc 10,46-52;18,13-15; Lc 10,38-42; Jo 4,1-26). Ao mesmo tempo, esse Reino é inalcançável pela capacidade humana, a não ser que Deus mesmo tome a iniciativa de possibilitar que o ser humano o alcance. Pela sua transcendência e presença incoativas, mas não controladas a partir do homem, o Reino de Deus, a rigor, não pode ser definido; Jesus mesmo jamais definiu-o, mas utilizou-se de várias imagens para fazer seus ouvintes perceberem que o Reino estava se realizando no meio deles (Lc 17, 21; Mt 3, 2; 4, 17; 10, 7)<sup>15</sup>.

---

social e caridade cristã (cf. CELAM, Conferência de Aparecida, n. 384). Aí afirma-se a evidência da presença do Reino através da vida das Igreja locais. "Sinais evidentes da presença do Reino são: a vivência pessoal e comunitária das bem-aventuranças, a evangelização dos pobres, o conhecimento e cumprimento da vontade do Pai, o martírio pela fé, o acesso de todos aos bens da criação, o perdão mútuo, sincero e fraterno, aceitando e respeitando a riqueza da pluralidade, e a luta para não sucumbir à tentação e não ser escravos do mal" (Conferência de Aparecida, n. 383).

<sup>14</sup> GUTIÉRREZ, 2004, p. 29.

<sup>15</sup> Jesus fala do Reino de Deus sobretudo por meio de parábolas. Entre elas há as chamadas "parábolas escatológicas", que "tinham a intenção de aplicar seu apelo aos homens para que eles reconhecessem que o Reino de Deus estava presente em tudo e tem importantes consequências. Por intermédio delas, eles julgariam a si mesmos como fiéis ou infiéis, sábios ou loucos. Quando aquela crise passou, elas foram adaptadas à Igreja para tentar chamar o homem a se preparar para a segunda [crise] e o fim do mundo – crise que se acreditava



No entanto, sistematicamente e de modo conscientemente limitado, a teologia ousa afirmar que o Reino de Deus é o reinado da vontade de Deus revelada por Jesus entre os seres humanos. Esta noção de Reino tem dois núcleos fundamentais que correspondem ao que Jesus revelou e anunciou por palavras e gestos (Mc 7, 31-37; Mt 20, 29-34; Lc 7, 11-17). O primeiro é a realização da vontade de Deus, que remete ao primeiro mandamento, isto é, o amor a Deus: ama-se a Deus cumprindo o que manda sua palavra. O segundo núcleo é o lugar onde atua essa vontade divina, ou seja, na vida humana concreta. Esse dado remete, por sua vez, ao segundo mandamento, que é o amor ao próximo. Efetivamente, sustenta Schnackenburg, Jesus fez o mandamento do amor como capital de sua proposta ao anunciar o Reino de Deus<sup>16</sup>. Essa noção de Reino reúne o sentido profundo da realidade do Reino de Deus e se impõe como referência para discernir o que se contrapõe ao Reino de Deus na vida real da sociedade<sup>17</sup>. Com base nela, pode-se identificar, seguindo Ellacuría, a existência da malícia histórica do mundo e com esta o reino do pecado, que é constituído por tudo aquilo que é negação do Reino de Deus<sup>18</sup>. Nessa questão, reflete-se o caráter dinâmico próprio do Reino de Deus, que se defronta com o anti-Reino.

O Reino de Deus é o dado teológico insubstituível para que a Igreja confronte sua própria prática. Por meio do seu anúncio, dizendo que está próximo, Jesus chama todos à conversão, a qual já representa uma aproximação do Reino como dom de Deus (Mc 1, 14; Mt 7, 21; 12, 28; 19,14).

---

estar próxima" (DODD, 1961, p. 138-139). Sobre a proximidade e a presença do Reino, expressas pela frase "o Reino de Deus está dentro de vocês", afirma o mesmo exegeta: "Ou ele é um princípio divino dentro da alma, que se desenvolve até transformar o caráter totalmente; ou ele é um princípio divino que funciona na sociedade, desenvolvendo-se até que a sociedade, em liberdade, seja confortável para a vontade divina. Nesse caso, Jesus é concebido como o semeador da semente. Ele introduz no mundo um criativo princípio, que age pelos séculos para seu cumprimento" (DODD, 1961, p. 141).

<sup>16</sup> SCHNACKENBURG, 1963, p. 85.

<sup>17</sup> Bultmann deu uma resposta à questão sobre o significado do Reino de Deus que deve ser considerada significativa, sem desconhecer sua opção por uma hermenêutica existencialista radical: "a resposta é simples à primeira vista: o Reino de Deus significa a salvação para o homem, e exatamente a salvação escatológica, que põe termo a toda realidade terrestre. Essa salvação é a única de que se pode falar. Por isso, exige do homem a decisão. Não é algo que se pode possuir com outros bens, pelos quais se pode interessar junto com outras preocupações. Essa salvação põe-se diante do homem como um *aut aut*" (BULTMANN, 1984, p. 31).

<sup>18</sup> ELLACURÍA, 1978, p. 9.

Para a Igreja, como corpo eclesial, isso implica desenvolver uma práxis reinocêntrica, assim como fez Jesus.

A presença dos pobres na Igreja, como membros atuantes, leva-a a continuar sua missão profética, libertadora e como sacramento histórico do reinado de Deus, que é acolhido primeiro pelos humildes.

A inserção da Igreja no “mundo dos pobres” lhe possibilita unir o dom recebido de Cristo à sua atuação, exercida em favor da humanidade. Ellacuría evidencia que, como servidora do Reino de Deus, a Igreja segue uma norma fundamental que é o seguimento do Jesus histórico compreendido em sua totalidade<sup>19</sup>. Por meio desse seguimento, sua pregação proporcionará a identificação da realização do Reino de Deus e a abertura de seus membros ao futuro deste Reino.

A Igreja é sacramento de Cristo antes de tudo porque sua “opção” fundamental, além de se situar no campo da graça divina, é assumida em um mundo que se apresenta dividido entre a graça e o pecado. Na abordagem, a realidade humana da Igreja constitui um elemento fundamental, já que existe por meio de seres humanos que atuam em tempo e espaço determinados. Além disso, a Igreja vive em um mundo onde pode ocorrer a realização do projeto divino ou a sua negação.

Remetendo-se a aspectos da soteriologia histórica, o teólogo salvadorenho<sup>20</sup> considera que a Igreja se defronta com a problemática da presença do pecado e da graça, tanto no âmbito interno como no campo social. Surge então o apelo a uma conversão ampla e profunda em ordem ao serviço do Reino de Deus. Essas considerações remetem ao tema da formação de um rosto eclesial que se assemelhe a Jesus e ao que ele realizou. O itinerário kenótico e de conversão aponta, por sua vez, para a credibilidade da Igreja no exercício de sua missão.

---

<sup>19</sup> ELLACURÍA, 1990a, p. 354. Ver ainda: ELLACURÍA, 1990b, p. 138.

<sup>20</sup> ELLACURÍA, 1990b, p. 127-154.

## A conversão da Igreja ao Reino de Deus

A Igreja é uma comunidade que existe por desígnio divino, e sua existência se justifica na medida em que está a serviço do Reino de Deus, sendo a razão última para uma efetiva solidariedade com os pobres a exigência intrínseca dessa condição de servidora. Sua missão só será autenticamente desenvolvida trilhando o mesmo caminho de Jesus de Nazaré, que desempenhou seu ministério como pobre e sofrendo perseguição, porém sempre perdoadando e bendizendo (LG, n. 8; cf. Fil 2, 6; 2 Cor 8, 9; Lc 4, 18; 19, 10; Hb 7, 26). Por isso, a Igreja *semper purificanda* é essencialmente a que procura seguir os passos de seu Senhor. Em último termo, isso significa conversão.

Para o teólogo salvadorenho, a credibilidade da Igreja requer sua conversão ao Reino de Deus, visando à realização deste. Esta conversão é, antes de tudo, um conformar-se ao próprio Jesus.

A configuração histórica da Igreja como resposta salvífica e libertadora ao clamor universal supõe, em primeiro lugar, sua conversão permanente à verdade e à vida do Jesus histórico; e, em segundo lugar, sua contribuição histórica de salvação de um mundo que, se não segue o caminho de Jesus, não ficará salvo<sup>21</sup>.

Por isso, em um contexto como o latino-americano, é justo que ela exerça a práxis do Reino de Deus em perspectiva libertadora, inserindo-se na realidade dos pobres. Em outras palavras, é necessário que a ação evangelizadora congregue o anúncio da boa notícia de Jesus e a realização de sua dimensão profética e histórica. Dessa unidade, enfatiza-se a identidade da Igreja em relação ao Jesus histórico como imperativo para sua configuração como Igreja dos pobres que corresponda à sua missão. Trata-se de ver a pessoa do necessitado à luz da fé cristã, perguntando-se pela atitude de Jesus diante desse sinal. O teólogo mostra o significado do pobre para a vida eclesial e para a reflexão sobre a Igreja, neste sentido se deve considerar a intrínseca relação entre a Igreja, os pobres e o Reino de Deus<sup>22</sup>. Segundo o autor, “os pobres na

---

<sup>21</sup> ELLACURÍA, 1990b, p. 144.

<sup>22</sup> Vários teólogos têm explicitado a adequada articulação entre o Reino de Deus, a história e a missão da Igreja. A história é penetrada pela presença divina, tornando-se “o lugar

América Latina são o lugar teológico enquanto constituem a máxima e escandalosa presença profética e apocalíptica do Deus cristão e, conseqüentemente, o lugar privilegiado da práxis e da reflexão cristã”<sup>23</sup>. Dessa maneira, estabelece-se uma hermenêutica sobre o mundo dos pobres como lugar teológico de valor universal – especialmente por se tomar os pobres e as vítimas como “um lugar teológico no qual se auscultam os sinais (dos tempos) e por meio do qual as fontes da teologia dão mais de si, e sobretudo facilitam descobrir a correlação transcendental entre Deus e os pobres”<sup>24</sup>.

### **“Lugar teológico” e conversão eclesial**

A expressão “lugar teológico”, explica Ellacuría, significa, antes de tudo, o lugar onde o Deus de Jesus quis livremente se manifestar. Esta manifestação ocorre “não só a modo de iluminação revelante mas também de chamado à conversão”<sup>25</sup>. O teólogo sustenta também que a conversão ao Reino de Deus tem uma conformação própria, podendo ser classificada em um primeiro momento como antropológica. Ela consiste em os cristãos poderem vislumbrar, ao aproximarem-se do irmão pobre, uma realidade que os interpela apenas como cidadão, o que remeteria o interlocutor a um apelo de mudança interior. Porém, do ponto de vista cristão, esse contato faz emergir imediatamente o sentido teológico da conversão. Nesse sentido, o rosto do pobre remete ao rosto desfigurado de Jesus. Por isso, Ellacuría radicaliza sua visão sobre esse ponto. Conforme o autor, sem esse reconhecimento da presença da graça de Deus na vida dos pobres, “não há possibilidade de conversão plena”<sup>26</sup>.

---

teológico por excelência para entender o desígnio de Deus que culmina no Reino. Nessa perspectiva, a Igreja não é o centro da missão divina mas antes o sinal e o instrumento privilegiado do amor de Deus para com todos, cristãos e não cristãos” (LOMBARDI, 1976, p. 74). A constituição *Lumen Gentium* afirma claramente: “Seu fim [da Igreja] é o Reino de Deus, inaugurado na terra pelo mesmo Deus e que deve se dilatar ainda mais até o fim dos séculos; Ele mesmo o realizará totalmente quando Cristo, nossa vida, aparecer (Col. 3,4)” (LG, n. 9c).

<sup>23</sup> ELLACURÍA, 1984, p. 63.

<sup>24</sup> SOBRINO, 1997, p. 50. Conferir o artigo: ALBUQUERQUE, 2016, p. 289-316.

<sup>25</sup> ELLACURÍA, 1984, p. 165. Conferir o texto de Lc 10, 21-22.

<sup>26</sup> ELLACURÍA, 1984, p. 165.

A perícopre do juízo final, no evangelho de Mateus, não deixa dúvida sobre a exigência da conversão. Segundo o texto, a conversão a Jesus implica conversão ao pobre com o qual o Messias se identificou (Mt 25, 31-46)<sup>27</sup>, mostrando como o encontro com o pobre se torna o acesso para o encontro com o próprio Jesus. Porém, esse encontro, ao mesmo tempo, torna-se exigência de uma prática de solidariedade com os prediletos do Deus Pai de Jesus<sup>28</sup>. Efetivamente, o imaginário cristão popular entende que essa passagem do evangelho se refere “a todos os seres humanos que vivem em condições indignas de sua condição de pessoas e de filhas e filhos de Deus”<sup>29</sup>. Sabe-se que tanto a tradição veterotestamentária como a neotestamentária afirmam a predileção de Deus pelos que são abandonados e humilhados. Todavia, existe uma realidade mais profunda que deve ser considerada, que é a compreensão das consequências dessa revelação para a conversão do cristão e da Igreja.

A conversão ao Reino de Deus inclui compromisso não somente em nível pessoal, ela implica também a dimensão estrutural-social. Quanto ao âmbito estrutural, a conversão se realiza por meio da superação da condenação da história; trata-se de superar a situação de não salvação e pecaminosidade<sup>30</sup>. Para que isso se efetive, é necessário que, cada vez mais, a salvação esteja presente na história. Faz-se necessária uma materialização do bem e da justiça por intermédio de atos e palavras que denunciem o pecado e façam emergir a graça e mais vida. Porém, acima de tudo, urge que se lute contra o pecado, procurando atingir suas raízes. Nesse processo de ir ao encontro da salvação, vencendo o mal do pecado, os fatores objetivo e subjetivo necessariamente devem estar aliados. O escopo maior desse

---

<sup>27</sup> Mt 25, 31-46. R. Schnackenburg ao analisar esta perícopre observa que a Igreja primitiva desenvolveu o pensamento sobre a exigência de Jesus em relação ao amor e a apresentou desse impressionante modo. O quadro do julgamento não pode ser interpretado como um evento concreto, mas as palavras do Filho do Homem conservam toda a força de decisão (SCHNACKENBURG, 2002, p. 259).

<sup>28</sup> ELLACURÍA, 1984, p. 63.

<sup>29</sup> GUTIÉRREZ, 2006, p. 21. O autor entende que se trata de uma solidariedade universal, isto é, diz respeito a todos os seres humanos que se encontram necessitados da efetiva solidariedade de seu semelhante.

<sup>30</sup> Para uma compreensão das implicações do sentido do Reino de Deus nas questões socioestruturais, ver: AQUINO JÚNIOR. A dimensão socioestrutural do reinado de Deus, escritos de teologia social. São Paulo: Paulinas, 2011.

processo é a salvação na história, com todo o seu significado, do momento presente e do escatológico. Portanto, ainda que se insista no fator histórico, a salvação não se reduz a esse aspecto, mantendo-se o seu significado transcendente e escatológico. Nessa linha, convém insistir que a salvação de Deus supera e vai além de qualquer possibilidade do estritamente político. Este, mesmo que seja necessário, jamais pode trazer “a salvação integral que o homem necessita”<sup>31</sup>. Portanto, o seguimento de Jesus Cristo implica uma conversão que tem repercussão ampla. Ele veio para que todos tenham vida em abundância (Jo 10,10).

Não só perdão e compreensão; é também ação eficaz e, desde já, ação decidida. Aqui também o exemplo de Jesus é pauta decisiva de como atua a salvação na história. Não só é sempre intolerante com o pecado, mas igualmente o é muito frequentemente com o pecador, sempre que este revista característica de impenitência e violador dos mais fracos. A linha profética veterotestamentária não é abandonada por Jesus, que acaba sendo vítima de seu enfrentamento com o pecado e de quem fez do pecado seu modo habitual de relações com os demais. Os pecados não só devem ser perdoados mas tirados do mundo, não só com a transformação dos corações mas também com a criação de novas estruturas<sup>32</sup>.

No nível de conversão da pessoa, tem-se em vista a sua conseqüente transformação em homem novo. Aqui se situa a condição essencial para que haja uma verdadeira mudança no modo de realizar o processo de libertação. Mas, insiste o teólogo, a conversão não se limita a algo apenas interior, recuperando um coração de carne, é necessário que ela se estenda ao âmbito social, incluindo o conjunto das ações do indivíduo e da comunidade. Essa nova forma de relações se refere à questão interpessoal e suas objetivações permanentes. A conversão carrega intrinsecamente um traço operativo de natureza salvífica que deve se manifestar objetivamente.

A salvação é operativa quando há conversão e transformação. O rico Zaqueu se converte quando, pela presença de Jesus, muda o coração e muda de conduta. [...] A conversão não é só ausência e uma negação do pecado mas abundância

---

<sup>31</sup> O teólogo se refere aos essênios, que, mesmo sendo uma comunidade ascética, tinham a visão de uma salvação histórica (ELLACURÍA, 1990a, p. 364).

<sup>32</sup> ELLACURÍA, 1993, p. 14.

de graça: que ali onde reinava o pecado, reine a graça, ali onde prevalecia o poder do pecado e do maligno, prevaleça o poder da graça e do Espírito<sup>33</sup>.

Somente por meio da realização desses aspectos da conversão se pode vislumbrar o surgimento de uma nova criatura humana na história. Se, no nível pessoal, a conversão significa uma mudança da pessoa a partir de seu coração, a transformação externa, por sua vez, diz respeito à mudança objetiva no âmbito sócio-histórico<sup>34</sup>. A importância fundamental da conversão, nestes termos, não é apenas que se crie uma ordem social humana e menos injusta mas é, sobretudo, o surgimento do homem novo.

O conceito de homem novo está estritamente relacionado com a perspectiva do projeto teológico de I. Ellacuría. O itinerário de seu discurso teológico se mantém aberto às situações reais do ser humano e sintonizado com elas, o qual anseia por sua libertação integral. Um aspecto que contribui para a formulação da concepção de homem novo é a presença do martírio na vida eclesial na América Latina. Além disso, esse conceito se reveste de um caráter prático e, antes de tudo, de sentido profético. Assim, o nascimento do homem novo passa necessariamente pela morte, que leva à existência de um ser humano radicalmente novo<sup>35</sup>. O ser humano, nesse contexto, faz-se novo na pobreza e na justiça<sup>36</sup>.

Essa transformação exige um longo processo, e seu sentido profundo está diretamente relacionado com a fé em Cristo, por isso este ser humano novo virá a ser aquele que vive a opção de uma vida transformada no nível pessoal e social. O valor da conversão ganha corpo a partir do interior do ser

---

<sup>33</sup> ELLACURÍA, 1993, p. 14.

<sup>34</sup> ELLACURÍA, 1987a. No citado artigo, Ellacuría trata da importância das religiões que professam a fé no mesmo Deus: cristianismo, judaísmo e islamismo. Diante delas, a teologia tem um papel relevante. Ela pode oferecer à reflexão da fé, nesses credos, elementos para a superação do positivismo e do individualismo, que a ameaçam. A partir da perspectiva cristã, o teólogo defende que se pode radicalizar, voltar às raízes, o que lhe é comum. A Teologia da Libertação contribui concretamente neste sentido, pois ela se move em um contexto que tem certa aproximação com aquele da experiência bíblica do Antigo Testamento (ELLACURÍA, 1987a, p. 4). O teólogo entende que a salvação anunciada pelas “religiões abraâmicas” implica hoje um nome “englobante e preciso, libertação” (p. 25).

<sup>35</sup> ELLACURÍA, 1993, p. 15.

<sup>36</sup> ELLACURÍA, 1984, p. 122.

humano e se externaliza por meio do comportamento efetivo do cristão nos diferentes âmbitos onde eles vivem.

## Realismo da conversão e evangelização

A conversão é um fato que atinge ampla e profundamente a vida. Isso constitui uma decisão dolorosa, pois implica rupturas. O cardeal Lorscheider, comentando sobre a opção pelos pobres a partir de Medellín, descreveu com realismo a exigência da conversão.

Esta decisão para o caminho da pobreza requer, sem dúvida, uma *conversão* difícil e dolorosa exigida pela leitura, à luz do Evangelho, dos sinais dos tempos manifestados na situação da população latino-americana. Será uma incisão que ferirá profundamente e poderá descobrir a incapacidade da Igreja para dizer e viver com liberdade e verdade o Evangelho, em meio a inúmeras multidões e deserdados durante séculos de exploração colonial<sup>37</sup>.

Fundamentalmente, na perspectiva de conversão como membro do corpo eclesial como Igreja pobre, trata-se de deixar-se afetar pela realidade dos que clamam por vida e justiça. Sua desumana e injusta situação fala da urgência de transformação pessoal, eclesial e social. Deve-se, sobretudo, ter um olhar de fé, para ver na pessoa do próximo necessitado de justiça a presença encarnada de Cristo.

A tradição da Igreja reconhece nos pobres o sacramento de Cristo, não certamente idêntico à realidade da eucaristia, mas sim em perfeita correspondência analógica e mística com ela. Ademais, Cristo mesmo disse em uma solene página do Evangelho que cada pessoa que sofre com fome, enfermo, desafortunado e necessitado de compaixão e ajuda é como se fosse Ele este infeliz, segundo a misteriosa e poderosa sociologia, segundo o humanismo de Cristo<sup>38</sup>.

Essa ênfase na relevância teológica e sacramental do pobre não significa uma exclusão de outras formas de encontro com Jesus e outros caminhos de conversão eclesial e pessoal. Porém, ressalta-se o caráter evangélico desse caminho humano de encontro com Jesus a partir da fé viva no Crucificado

---

<sup>37</sup> LORSCHIEDER, 1977, p. 181

<sup>38</sup> PAOLO VI, 1968, p. 372.



ressuscitado. Reconhece-se que no pobre o próprio Deus quis manifestar sua presença como sinal vivo e interpelante. Diante disso, o encontro com ele reclama solidariedade efetiva. A solidariedade com o pobre não visa simplesmente interpretar e dar sentido a diversas situações sociais, seu objetivo é impulsionar a superação dos males que afetam aquele que é imagem de Cristo. Por isso, a prática solidária deve repercutir na dimensão interior do sujeito e atingir o nível objetivo da realidade social<sup>39</sup>. Essa posição visa contribuir efetivamente para que a vida da sociedade alcance um sentido mais humano.

Do ponto de vista eclesial, a conversão abrange dois níveis. No primeiro, ela se define como uma contínua conversão do cristão que opta por viver a fé por meio da solidariedade com os pobres. Essa forma de prática da fé requer uma constante vigilância a fim de que seja, antes de tudo, evangelizadora. A esse respeito, I. Ellacuría chama a atenção para o objetivo primário do anúncio e testemunho da fé cristã. De acordo com ele, deve ser “uma evangelização antes do que uma sacramentalização, precisamente porque a evangelização é parte essencial da sacramentalização”<sup>40</sup>. Segundo o teólogo, uma evangelização que pode e deve ser política e histórica anuncia em primeiro lugar a salvação. Prega-se a salvação oferecida e dada por Jesus à humanidade<sup>41</sup>. O segundo nível é o da Igreja como corpo organizado em seus diferentes níveis local e universal. Como a Igreja dos pobres segue um caminho de conversão ao Reino de Deus, ela se torna um testemunho de utopia profética que tem alcance universal. A existência dessa Igreja constitui uma presença de esperança tanto no interior da comunidade eclesial universal quanto fora desta. Sua mensagem pode alcançar todos os que têm esperança e até os que precisam recuperá-la. Portanto, uma Igreja que assume de modo autêntico a própria conversão ao Reino de Deus contribui para a humanização do mundo e se torna um “sacramento histórico” desse Reino. Segundo Ellacuría, “A Igreja realiza sua sacramentalidade histórica salvífica anunciando e realizando o Reino de Deus na história. Sua práxis fundamental consiste na

---

<sup>39</sup> ELLACURÍA, 1984, p. 165.

<sup>40</sup> ELLACURÍA, 1990b, p. 151.

<sup>41</sup> ELLACURÍA, 1990a, p. 368.

realização do Reino de Deus na história, em um fazer com que chegue a se realizar o Reino de Deus na história”<sup>42</sup>.

## Considerações finais

O Reino de Deus como categoria teológica estruturante do pensamento teológico de Ignacio Ellacuría oferece um horizonte fundamental para a reflexão da fé cristã, orientada tanto à existência do cristão individual como para a comunidade eclesial. O teólogo mártir propõe que o Reino de Deus seja assumido como base da noção teológica e fator estruturante (totalizante) de todo o pensamento teológico crítico. Essa teologia libertadora contribui para que se possa dar a razão do seguimento de Jesus como práxis solidária com os homens e as mulheres em uma sociedade marcada pela exclusão e desigualdade social. Toda a Igreja é chamada a estar atenta aos sinais dos tempos (GS, n. 4, 11), em cada etapa da história e dos diferentes lugares, e concretizar sua missão libertadora e em contínua conversão ao Jesus histórico e ao Reino de Deus; ela deve vigiar para que seja sempre uma *Ecclesia semper reformanda* (LG, n. 8b). Essa condição constitui um imperativo que brota tanto de sua realidade misteriosa imanente como do clamor da humanidade, a qual ela deve ajudar a buscar a libertação plena. Dessa maneira, a Igreja realiza seu papel em relação a Jesus Cristo e à atualização de sua missão na história da humanidade. A reflexão teológica que brota da relação entre Reino de Deus, Igreja dos pobres e atenção aos gritos dos povos desconsiderados em sua dignidade vem ao encontro do apelo que é lançado à Igreja hoje. A conversão da Igreja ao Reino de Deus implica ela assumir globalmente a missionariedade em espírito de conversão seguindo a exortação apostólica *Evangelii gaudium* (25-33). Igualmente, requer o aprofundamento da inculturação da boa notícia do Reino promovendo a recepção “harmoniosa, criativa e frutuosa de todo o caminho sinodal”, com os sonhos formulados para a Amazônia conforme a exortação apostólica pós-sinodal *Querida Amazônia* (2, 5-7). A conversão desejada por Francisco será assumida também à luz da sinodalidade e da

---

<sup>42</sup> ELLACURÍA, 1990b, p. 134.

ecologia integral, segundo a proposta da encíclica *Laudato si'*, procurando-se desenvolver “novas convicções, novas atitudes e novos estilos de vida” (137-162, 202-232).

## Referências

ALBUQUERQUE, Francisco das Chagas de. Teologia da Libertação na pós-modernidade: contribuição à humanização. Belo Horizonte. *Perspectiva Teológica*, v. 48, n. 2, p. 289-316, mai./ago., 2016.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *A dimensão socioestrutural do reino de Deus: escritos de teologia social*. São Paulo: Paulinas, 2011.

BULTMANN, R. Karl. Gesù. Brescia: Queriniana, 1984.

CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen gentium: constituição dogmática sobre a Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1965.

CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et spes: constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 1965.

DODD, C. H. *The parables of the Kingdom*. Nisbet: Digswell, 1961.

ELLACURÍA, I. Aporte de la teología de la liberación a las religiones abrahámicas en la superación del individualismo y del positivismo. *Revista Latinoamericana de Teología*, n. 10, p. 3-28, 1987a.

ELLACURÍA, I. *Conversión de la Iglesia al Reino de Dios: para anunciarlo y realizarlo en la historia*. Santander: Sal Terrae, 1984.

ELLACURÍA, I. Historia de la salvación. *Revista Latinoamericana de Teología*, San Salvador, n. 21, p. 3-25, 1993.

ELLACURÍA, I. La historicidad de la salvación. In: ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon. *Mysterium liberationis: conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. v. I. Madrid: Trotta, 1990a. p. 323-372.

ELLACURÍA, I. La Iglesia de los pobres, sacramento histórico de liberación. In: ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon. *Mysterium liberationis: conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. v. II. Madrid: Trotta, 1990b. p. 127-154.

ELLACURÍA, I. La teología como momento ideológico de la praxis eclesial. *Estudios Eclesiásticos*, Madrid, v. 53, n. 207, p. 457-476, oct./dic. 1978.

ELLACURÍA, I. La teología de la liberación frente al cambio sociohistórico de América Latina, *Revista Latinoamericana de Teología*, n. 12, p. 241-263, 1987b.

FRANCISCO, Papa. *Carta encíclica Laudato sí do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Loyola, 2015.

FRANCISCO, Papa. *Exhortación apostólica Evangelii gaudium del Santo Padre Francisco*. Madrid: San Pablo, 2013.

FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica pós-sinodal Querida Amazônia, do Santo Padre Papa Francisco*. 2020.

GONZÁLEZ FAUS, J. Ignacio. ¿Qué queda de la teología de la liberación? San Salvador. *Revista Latinoamericana de Teología*, v. 93, n. XXXI, p. 307-313, 1997.

GUTIÉRREZ, G. Dónde está el pobre, está Jesucristo. *Páginas*, n. 197, p. 6-22, 2006.

GUTIÉRREZ, G. *Teología de la liberación: perspectivas*. Salamanca: Sígueme, 2004.

LOMBARDI, R. *Chiesa e Regno di Dio*. Brescia: Morcelliana, 1976.

LORSCHIEDER, A. La pobreza de la Iglesia. In: CELAM, Medellín. *Reflexões no CELAM*. Madrid: Trotta, 1977. p. 181-189.

MACQUARRIE, J. *Principles of Christian Theology*. London: SCM, 1966.

PAOLO VI, Papa. Discurso ai contadini colombiani. Siamo venuti per onorare il Cristo in voi. In: *Insegnamenti di Paolo VI*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1968. p. 372-376.

SCHNACKENBURG, R. *Le message moral du Nouveau Testament*. Lyon: Xavier Mappus, 1963.

SCHNACKENBURG, R. *The Gospel of Matthew*. Cambridge: Eerdmans, 2002.

SOBRINO, J.; ELLACURÍA, I. *Companions of Jesus. The Jesuit Martyrs of El Salvador*. Maryknoll: Orbis Books, 1990.

SOBRINO, JON. ¿Qué queda de la teología de la liberación? *Éxodo*, Madrid, n. 38, p. 48-53, mar/abr., 1997.

WRIGHT, N. T. Jesus and the Victory of God. Christian Origins and the Question of God. In: *Jesus & the Restoration of Israel: a Critical Assessment of N. T. Downers Grove: InterVarsity Press (UK); Paternoster, 1999.*

RECEBIDO: 02/03/2022  
APROVADO: 30/03/2022

RECEIVED: 02/03/2022  
APPROVED: 30/03/2022